



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Libertação pelo trabalho:

reflexões sobre o pensamento marcuseano

Josiane Magalhães

Como citar: MAGALHÃES, J. Libertação pelo trabalho: reflexões sobre o pensamento marcuseano. *In:* VIEITEZ, C. G. (org.). **A Empresa sem patrão.** Marília: Unesp Marília Publicações, 1997. p. 47-54. DOI: <https://doi.org/10.36311/1997.978-85-60810-31-4.p47-54>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Libertação pelo trabalho: reflexões sobre o pensamento marcuseano

Josiane MAGALHÃES¹

Introdução

A discussão sobre relações de trabalho sob a nova configuração mundial possui uma gama de reflexões partindo dos mais variados pontos de vista. Este texto tem como ponto de partida algumas considerações de Herbert Marcuse (1968) que remetem a uma maneira específica de considerar as questões que se apresentam tanto pela herança marxista quanto pela tentativa de reavaliar a relação indivíduo sociedade através do resgate do pensamento freudiano, naquilo que se refere à categoria trabalho como elemento formador por um lado e alienante e opressor por outro.

Apesar da especificidade, Marcuse aponta-nos um caminho diferente para uma interpretação das atuais mudanças no que se refere ao universo do trabalho e suas perspectivas futuras.

Relações entre indivíduo e sociedade

Para a compreensão do fio condutor construído por Marcuse, devemos recuperar os argumentos principais que lhe servem de base.

O primeiro está na idéia freudiana de progresso humano. Segundo Freud (apud Marcuse, 1968), o desenvolvimento humano se dá ontogenética e filogeneticamente, sendo que a “história do homem é a história de sua repressão”. Além disso, “a cultura coage tanto na sua existência social como biológica, não só partes do ser humano, mas também sua própria estrutura instintiva”. (Marcuse, 1968, p. 33)

Sob este argumento, repousa a idéia de que a cultura humana tem em sua base a repressão dos instintos humanos. Estes últimos são transformados através da repressão, possibilitando uma reelaboração dos mesmos. Essa reelaboração é o que Freud considera como o progresso que possibilita o desenvolvimento humano.

¹ Mestranda em Educação pela Unesp/Marília; Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina/PR e Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal de Garça/SP.

O homem animal converte-se em ser humano somente através de uma transformação fundamental da sua natureza, afetando não só os anseios instintivos, mas também os valores instintivos - isto é, os princípios que governam a consecução dos anseios. A transformação no sistema dominante de valores pode ser assim definida, de um modo probatório:

de	para
satisfação imediata	satisfação adiada
prazer	restrição do prazer
júbilo (atividade lúdica)	esforço (trabalho)
receptividade	produtividade
ausência de repressão	segurança

Freud descreveu essa mudança como a transformação do princípio de prazer em princípio de realidade. (Marcuse, 1968, p.34)

Vale ressaltar que a idéia de prazer transcende o prazer sexual. O Eros percebido por Marcuse na obra de Freud se refere a toda forma de satisfação humana. Sendo assim, a referência à modificação do princípio de prazer² estabelece-se em relação à satisfação.

A transformação de uma satisfação imediata para uma satisfação adiada, porém segura, implicando contudo em uma restrição do prazer por um lado e a construção de uma repressão por outro, transformando atividade lúdica em esforço (trabalho), a receptividade em produtividade, nos apresenta uma confirmação não só da reelaboração dos instintos, como também demonstra um quadro de mudanças principais. Há uma estreita relação entre os itens arrolados e a estrutura organizacional de uma sociedade fundamentada no trabalho. A restrição do prazer e a atividade lúdica levam a uma canalização da energia antes dispendida em tais atividades para o trabalho, sendo que posteriormente direciona-se para a produtividade.

Tanto a idéia do trabalho quanto a da produtividade gerada no seu interior são suportes da reelaboração dos instintos que adiam a satisfação imediata, em função da segurança de uma satisfação menor mas garantida. Além disso, as necessidades são elaboradas na sociedade em detrimento de uma possível vontade individual. Isto significa que os indivíduos internalizam necessidades que parecem ser individuais mas que, na verdade, são socialmente engendradas. Uma vez que o trabalho é fruto da energia liberada com a restrição do prazer e das atividades lúdicas, é visto como um esforço penoso, alienado e sem gratificação, mas necessário para a sobrevivência.

É através do trabalho que a sociedade se desenvolve e garante a existência de seus componentes. É ainda através dele que a sociedade racionalizada exerce sua

2 Princípio de prazer é entendido como diretrizes voltadas para a satisfação das necessidades humanas de maneira imediata, para a conquista do prazer de maneira irrestrita, independentemente de previsão ou consideração racional acerca de seus atos. Caracteriza-se principalmente pela ausência de repressão dos instintos humanos.

forma de dominação, reproduzindo as condições repressivas de maneira ampliada. Daí a proposição de uma sociedade não repressiva estar fundamentada em Marcuse pela instauração de um novo referencial para o trabalho.

A sociedade racionalizada é, segundo Marcuse, a vitória do “princípio de realidade específico que governou as origens e a evolução dessa civilização”. (Marcuse, 1968, p. 58) Este princípio de realidade é designado como princípio de desempenho³, dando destaque “ao fato de que, sob seu domínio, a sociedade é estratificada de acordo com os desempenhos econômicos concorrentes dos seus membros [...] o princípio de desempenho, que é o de uma sociedade aquisitiva e antagônica no processo de constante expansão, pressupõe um longo desenvolvimento durante o qual a dominação foi crescentemente racionalizada: o controle sobre o trabalho social reproduz agora a sociedade numa escala ampliada e sob condições repressivas.

Durante uma considerável parte dessa evolução, os interesses de dominação e os interesses do todo coincidem: a utilização lucrativa do sistema produtivo satisfaz às necessidades e faculdades dos indivíduos. Para a esmagadora maioria da população, a extensão e o modo de satisfação são determinados pelo seu próprio trabalho; mas é um trabalho para uma engrenagem que não controla, que funciona como um poder independente a que os indivíduos têm de submeter-se se querem viver. E torna-se tanto mais estranho quanto mais especializada se torna a divisão do trabalho.

Os homens não vivem sua própria vida, mas desempenham tão-só funções preestabelecidas. Enquanto trabalham, não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades, mas trabalham em alienação. O trabalho tornou-se agora geral, assim como as restrições impostas à libido: o tempo de trabalho, que ocupa a maior parte do tempo de vida de um indivíduo, é um tempo penoso, visto que o trabalho alienado significa ausência de gratificação, negação do princípio de prazer.

A libido é desviada para desempenhos socialmente úteis, em que o indivíduo trabalha para si mesmo somente na medida em que trabalha para o sistema, empenhado em atividades que, na grande maioria dos casos, não coincidem com suas próprias faculdades e desejos”. (Marcuse, 1968, p. 58) Acrescente-se a este raciocínio o fato de que os indivíduos podem nem saber quais são de fato os seus desejos e suas próprias faculdades. Fica claro que Marcuse conecta sua análise à predominância exercida pelo sistema capitalista. Este é o ponto de partida para suas reflexões.

Uma segunda idéia freudiana absorvida por Marcuse é a de que a repressão, além de realizar-se ao longo da história humana, portanto filogeneticamente, instituindo um princípio de realidade que sustenta o sistema capitalista, é

3 Princípio de desempenho é compreendido como sendo um tipo específico de princípio de realidade. Na medida em que o homem constrói a civilização, a constrói com a ajuda da repressão dos instintos que lhe permite a associação aos outros indivíduos para obter a satisfação de suas necessidades asseguradas. Esse processo é caracterizado como a construção do princípio de realidade. Na construção da sociedade capitalista a essa repressão introduz-se a idéia de mais-repressão. No momento em que a produtividade é classificada de acordo com os desempenhos econômicos concorrentes de seus membros, estratificando-se a sociedade em torno destes valores, temos, para além da satisfação das necessidades dos indivíduos, a produtividade colocada como centro orbital das relações que se estabelecem na sociedade racionalizada.

desenvolvida em cada indivíduo, reproduzindo nele a história universal, ontogeneticamente.

A análise de Freud do desenvolvimento do aparelho mental repressivo é levada a efeito em dois planos:

a) Ontogenético: a evolução do indivíduo reprimido, desde a mais remota infância até sua existência social consciente.

Filogenético: a evolução da civilização repressiva, desde a horda primordial até o estado civilizado plenamente constituído.

(Marcuse, 1968, p. 39)

Estes pressupostos são essenciais para a compreensão do raciocínio de Marcuse. Abrem a possibilidade de que se há uma correspondência entre o individual e o coletivo na construção e reprodução da repressão que dá suporte à civilização, há também espaços de liberdade correspondentes.

Marcuse e a Utopia

Segundo o raciocínio freudiano, há em cada indivíduo um espaço de liberdade, no qual os mecanismos repressores não influem, qual seja, a fantasia. Para Freud, de acordo com citação utilizada por Marcuse,

com a introdução do princípio de realidade, um modo de atividade do pensamento cindiu-se e manteve-se livre do critério de realidade, continuando subordinado exclusivamente ao princípio de prazer. É o ato de elaboração da fantasia (das Phantasieren - a fantasiação), que começa logo com os brinquedos infantis e, mais tarde, prossegue como divagação e abandona sua dependência dos objetos reais (Marcuse, 1968, p. 132)

Percebe-se que se há um espaço no individual que permite ao ser humano ser livre, espaço originado na fantasia e manifestado pela arte, e, se a história do homem se desenvolve em dois planos, filogenética e ontogeneticamente, pode-se concluir que há um espaço no coletivo que lhe garante certa liberdade. Marcuse reconhece este espaço como a utopia.

O valor de verdade da imaginação relaciona-se não só com o passado, mas também com o futuro, as formas de liberdade e felicidade que invoca pretendem emancipar a realidade histórica. Na sua recusa em aceitar como finais as limitações impostas à liberdade e à felicidade pelo princípio de realidade, na sua recusa em esquecer o que pode ser, reside a função crítica da fantasia [...] Essa Grande Recusa é o protesto contra a repressão desnecessária, a luta pela forma suprema de liberdade - viver sem angústia. Mas essa idéia só podia ser formulada sem punição na linguagem da arte. No contexto mais realista da teoria política

ou mesmo na Filosofia, foi quase universalmente difamada como Utopia. (Marcuse, 1968, p. 138-9)

Um outro aspecto relevante é o de que a repressão exercida sobre o indivíduo não é suficiente, uma vez que necessita constantemente ser reforçada. “O fato do princípio de realidade ter de ser continuamente restabelecido no desenvolvimento do homem indica que o seu triunfo sobre o princípio de prazer jamais é completo e seguro.” (Marcuse, 1968, p. 36) Este argumento sustenta a idéia de espaços nos quais a liberdade e a felicidade subsistem apesar da repressão sofrida.

A equação de liberdade e felicidade, sujeita ao tabu da consciência, é sustentada pelo inconsciente. A sua verdade, embora repelida pela consciência, continua assediando a mente; preserva a memória de estágios passados do desenvolvimento individual nos quais a gratificação imediata era obtida. E o passado continua a reclamar o futuro: gera o desejo de que o paraíso seja recriado na base das realizações da civilização. (Marcuse, 1968, p. 38)

A saída possível: automação ou modificação de princípios

Marcuse aponta para uma possibilidade de modificação da sociedade. Longe de pensar em um retrocesso do estágio evolutivo do ser humano, negando os avanços civilizatórios, na direção da imagem do homem bom e feliz primitivo, o autor aponta outro caminho. Neste, a modificação se daria nos princípios que orientam os homens, mantendo os avanços da civilização, mas construindo, a partir dela, novas relações não repressivas.

O papel do trabalho, fundamental na construção da repressão, agora assume a libertação, na medida em que se torna prazeroso e desalienado. Se esta hipótese se torna realidade, então a transformação social realizar-se-ia também. Marcuse elabora duas hipóteses para que se alcance a transformação das relações no trabalho. A primeira seria a própria transformação da relação do homem com o trabalho, tornando-a prazerosa e gratificante.

O que distingue o prazer da cega satisfação de carências e necessidades é a recusa do instinto em esgotar-se na satisfação imediata, é a sua capacidade para construir e usar barreiras para a intensificação do ato de plena realização. Embora essa recusa instintiva tenha feito o trabalho de dominação, também pode servir à função oposta: erotizar as relações não libidinais, transformar a tensão e alívio biológicos em livre felicidade.

Deixando de ser empregadas como instrumentos para reter homens em desempenhos alienados, as barreiras contra a gratificação absoluta converter-se-iam em elementos de liberdade humana; protegeriam aquela outra alienação em que se origina -

a alienação do homem, não de si mesmo, mas da natureza: sua livre auto-realização.

Os homens existiriam como indivíduos, realmente, cada um deles moldando sua própria vida; defrontar-se-iam mutuamente com necessidades e modos de satisfação verdadeiramente diferentes - com suas próprias recusas e suas próprias seleções. A ascendência do princípio de prazer engendraria assim antagonismos, dores e frustrações - conflitos individuais na luta pela gratificação. Mas esses conflitos teriam, em si próprios, um valor libidinal: estariam impregnados da racionalidade de gratificação. Essa racionalidade sensual contém suas próprias leis morais." (Marcuse, 1968, p. 197)

A segunda hipótese seria a automação total do trabalho. Isto porque a automação total seria a eliminação do trabalho sacrificante e, conseqüentemente, da opressão sofrida nesse âmbito da vida humana. "Quanto mais completa for a alienação do trabalho, tanto maior é o potencial de liberdade; a automação total seria o ponto ótimo". (Marcuse, 1968, p. 144)

Há, sob este aspecto do pensamento de Marcuse, uma oscilação entre as duas hipóteses, isto é, por um lado, vislumbra a hipótese da transformação das relações do trabalho em uma ótica não opressiva e, por outro lado, não tem tanta certeza assim sobre esta questão. O trabalho possui um caráter dialético, pois, por um lado, é alienante e opressor no interior do capitalismo, mas, ao mesmo tempo, o trabalho forma, permite a verdadeira realização da essência do homem. Sendo assim, o trabalho pode constituir-se no espaço para a libertação da opressão.

A consciência política⁴ e o princípio de desempenho

As relações de trabalho desveladas em sua condição de elementos constituintes de uma organização da produção material que propiciam a alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, bem como dos conhecimentos técnicos necessários inerentes à produção, aliadas a uma consciência política que permita a compreensão do processo, formariam a base para a nova ordem social. Isto se daria através da manutenção do papel do trabalho como organizador da produção material, mas não mais orientando-se pelo princípio de desempenho e sim pelo princípio de prazer, de certa maneira modificado pelas conquistas humanas.

O trabalhador deixaria de ser alienado tanto do produto quanto dos conhecimentos técnicos exigidos para a sua produção. Esta condição seria elementar na percepção da atividade desenvolvida no processo de trabalho como gratificante e, portanto, correspondente a uma opção individual do trabalhador pela sua atividade.

⁴ A consciência política poderia ser definida como o desvelamento das relações de poder, dominação e influência a que os seres humanos estão sujeitos em um sistema social, o que tornaria possível inseri-lo como sujeito ativo neste processo.

Isto possibilitaria também uma maior participação nas decisões dentro do processo produtivo. A consciência política seria a base para a percepção do indivíduo não só do processo tal qual estabelecido sob o domínio do princípio de desempenho, mas também para a tomada de consciência de sua individualidade⁵, de suas reais necessidades e da satisfação delas. Na medida em que se percebe a história humana entrelaçada ao princípio de desempenho, principalmente na elaboração das relações de trabalho, a segunda hipótese de Marcuse é algo mais próximo de ser realizado: a automação total⁶. Esta conteria, no processo de sua instauração, a libertação de tempo e energia aos seres humanos, para assim retornarem à busca da felicidade.

Conclusão

As recentes discussões sobre a automação total, que seria a realização da segunda hipótese de Marcuse, levam-nos a questionamentos um tanto pessimistas. Em primeiro lugar, porque ao invés de liberar os homens para a busca da felicidade, temos a conformação de um novo processo, também constituído pelo princípio de desempenho, que gera relações de exclusão entre os que são necessários e estão adaptados às novas exigências do mercado e os que não são necessários à produção e não conseguiram adaptar-se às novas exigências. Os bolsões de miséria formam-se a partir daqueles que são excluídos do processo de produção, uma vez que, cada vez mais, é necessário um grupo menor de pessoas para a manutenção da produção material e que tem acesso ao consumo dessa produção. Dessa forma, temos um grupo alienado não só do ponto de vista da produção, mas também da participação na sociedade. Os indivíduos não teriam mais o que trocar na sociedade, já que sua força de trabalho não é mais necessária. Este seria um processo de alienação inclusive de sua existência.

Se o princípio de desempenho revigora-se com a automação total, retornamos à primeira hipótese de Marcuse. Para tal intento vale ressaltar algumas observações de Claus Offe. (1995) De acordo com o autor, a categoria trabalho perdeu o papel de referencial sociologicamente fundamental. Isto porque não seria mais o referencial condicionante da vida humana, seja pela própria diminuição do tempo de trabalho, seja pela perda da potencialidade de recompensar e punir os indivíduos em termos materiais, ou pelo fim da contemplação dos esforços pessoais em função de uma estratégia setorial progressista. O que talvez Offe (1995) tenha deixado de levar em conta é exatamente a situação excludente a que os indivíduos são expostos em

5 Esta individualidade que foi utilizada sob o princípio de desempenho para atomizar os indivíduos, enclausurando-os em sua existência privada, agora é retomada como elemento a ser reconhecido como inerente à existência humana e que, sob este ponto de vista, reconheceria a especificidade de cada membro da sociedade em relação à universalidade da sociedade.

6 Esta hipótese é observável nos dias atuais como um processo irreversível em alguns setores produtivos. Além disso, é mais viável no sentido de que, para reorientar um incontável número de trabalhadores a fim de que pudessem superar os moldes do princípio de desempenho, seria necessário que passassem por um processo de reeducação, o que não parece tarefa considerada necessária nem por governos, nem sindicatos ou partidos políticos, os quais teriam a organização e o dinheiro necessários para tal empreitada.

função da automação. Esta situação é esclarecedora no sentido de nos permitir um olhar mais fino para o problema da perda da centralidade da categoria trabalho.

O que mudou foi a maneira pela qual os indivíduos competem, segundo o princípio de desempenho. A questão posta não é mais por uma melhor colocação social, o que levaria à preocupação com uma estratégia setorial progressista. É uma questão eminentemente de sobrevivência. A diminuição do tempo de trabalho faz os indivíduos perceberem que há menos espaço para sua única mercadoria, sua força de trabalho. A categoria trabalho não deixa de ser condicionante da vida humana, altera-se em função das exigências do princípio de desempenho. Este, agora, delimitando um maior espaço à agregação de conhecimentos, e assim abrindo campo para a satisfação individual, passa a ditar quem estará inserido no processo social, uma vez adequado aos novos moldes. A potencialidade de recompensa ou punição no espaço do trabalho altera-se também, pois passa pela recompensa de estar ou não inserido no processo ou de ser punido, o que significa a exclusão social.

Sob outro ponto de vista, poder-se-ia perguntar: o modo de produção capitalista teria chegado ao seu limite, atingindo uma situação onde sua lógica de acumulação precisaria ser redimensionada? Se cada vez mais um número menor de pessoas podem ter acesso aos bens produzidos e o número de excluídos está crescendo, para onde o sistema se expandiria, a fim de manter os padrões de acumulação, haja vista que necessita de bolsões inexplorados de mercados consumidores em potencial?

Se a resposta é duvidosa, então poderíamos imaginar um ponto de inflexão onde se daria o início de uma nova ordem social, redimensionando os valores inerentes ao sistema capitalista. Na medida em que o mercado de trabalho apresenta índices crescentes de desemprego, aumentando o número de excluídos sociais, a questão da sobrevivência se coloca na medida em que o retorno ao mercado de trabalho se apresenta como um horizonte cada vez mais longínquo. Assim, a saída estaria na reorganização dos trabalhadores excluídos do processo produtivo sob um novo princípio: a sobrevivência. Esta questão crucial é de certa forma a pedra de toque das experiências autogestionárias no Brasil atualmente⁷.

A hipótese de Marcuse possibilita-nos recolocar no trabalho o aspecto da satisfação, bem como redimensionar a necessidade da substituição do princípio de desempenho pelo princípio de prazer (ou de sobrevivência?). Este último contribuindo para a transformação social e a transformação individual concomitantemente. Segundo o exposto acima, não basta simplesmente haver uma recuperação do trabalho em termos de gratificação, mas estabelecer, a partir dessas novas relações, uma transformação ampla que passa pela reorientação dos princípios norteadores da razão do próprio trabalho.

⁷ Sobre este assunto há alguns dos relatos dos casos de empresas ligadas à ANTEAG, como a Skilcoplast em São Paulo/SP e a Markeli em Franca/SP.

Referências Bibliográficas

OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: _____. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARCUSE, H. *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.